

Notas sobre a valia de fundos documentais empresariais para a história recente de São Tomé e Príncipe e de Portugal (a documentação de Francisco Mantero e da Sociedade de Agricultura Colonial)¹

Augusto Nascimento*

p. 277-284

Para um historiador, como para qualquer cientista social, a delimitação de uma investigação implica ponderações relativas à existência e à valia das fontes. Por sua vez, esta valia também é aferida em razão das interrogações que norteiam a investigação e das preocupações a que, pressupostamente, o saber procura responder. Por último, mas não menos importante, a valia de qualquer fundo documental depende da capacidade de o interrogar e de lhe conferir significado.

O acervo de Francisco Mantero² tem uma indiscutível valia, a saber, a que decorre do apreço que todos devemos ter pelo património preservado, designadamente o das roças e mais empreendimentos económicos nas ex-colónias. Esta posição é consentânea com a ideia de que não se deve desprezar qualquer parcela de saber, desde logo por a história, com o seu quê de irónico, nos dar bastas razões para sermos prudentes na (des)valorização de parcelas de saber. Mas para que a referida valia tenha significado, cumpre contextualizá-la, quer no plano cognitivo, quer no mais vasto plano político, social e cultural.

De que massa documental falamos? Numa descrição sintética e incompleta, trata-se de um conjunto de fundos diversos, que compreende documentação de carácter pessoal, da actividade comercial e documentos relativos à condução das roças. Tais núcleos, consideremo-los assim, foram produzidos por actores, segundo regras e em contextos sociais diferentes. A correspondência e mais papéis de carácter pessoal remontam ao tempo em que Francisco Mantero, novo, representava os interesses do

* Investigador auxiliar do IICT, Lisboa; colaborador do CEA do ISCTE-IUL, do CEAUP e do IHC da FCSH/UNL.

¹ Este texto reproduz uma palestra proferida no Arquivo Histórico Ultramarino, a 22 de Setembro de 2011, aquando da apresentação de resultados parciais do trabalho de tratamento e de inventariação dos documentos de Francisco Mantero.

² Trata-se de um vasto conjunto documental depositado no AHU, a ser disponibilizado ao público em breve e que é relevante para a história dos empreendimentos económicos nas colónias portuguesas, mormente em São Tomé e Príncipe.

tio e em que se tornou proprietário. Essa documentação revela preocupações com a gestão das suas roças em termos assaz diversos das directivas do século XX. Os papéis da actividade comercial ilustram o movimento de Francisco Mantero da agricultura para o comércio, actividade mais segura e rendosa, além de politicamente valiosa. Acresce a documentação que patenteia a condução das roças que, no século XX, foram ficando sob a alçada familiar e da Sociedade de Agricultura Colonial (doravante SAC).

Esta distinção comporta algum artificialismo, porque, num certo sentido, o que a documentação, ou parte dela, indicia é a imbricação, sob formas diversas ao longo do tempo, do percurso político-social e vida pessoal, dos laços familiares e do património económico. Tudo foi interrompido pela independência de São Tomé e Príncipe. Tendo de ser prudente relativamente a tal imbricação nas últimas décadas do colonialismo, é certo que para Francisco Mantero a vida em São Tomé se resumia à construção de um património económico, a que se entregou com persistência e método. Esta opção, dele e de outros roceiros, frutificaria do ponto de vista da acumulação de riqueza e, simultaneamente, deixaria marcas na modelação económica e social do arquipélago que ainda persistiram por algum tempo depois da independência.

Perante tal massa documental, cumpre avaliá-la do ponto de vista da trajectória do pensamento histórico e não só. Como se disse, ela comportará elementos para uma história económica ou, mais especificamente, para uma história das plantações ou roças. Há anos, os arquivos de história económica e social – mormente, os de empresas – foram muito valorizados em razão da própria constelação causal explicativa do curso da história, onde a economia desempenhava o papel de variável independente. Tratava-se de uma visão muito ligada à prevalência do pensamento marxista e, no plano historiográfico, à influência da escola dos Annales. No que respeita ao Portugal do pós-25 de Abril, tal abordagem pretendeu responder ao imperativo de aclarar as motivações económicas do colonialismo, um impulso de desconstrução do ideário colonialista que, aliás, toldara completamente qualquer análise clarividente do colonialismo moderno. Por influência dessa perspectiva historiográfica, que valorizara as séries e atentara no quotidiano, adiantou-se muito no conhecimento das determinações demográficas, económicas e sociais que balizaram as escolhas de sucessivas gerações.

Contudo, perante a tremenda renovação do conhecimento histórico, expressa na complexificação do respectivo quadro teórico e do seu aparato analítico, causalidades lineares, mesmo se “em última instância”, deixaram de ter sentido. A par da substituição do primado da instância económica por multicausalidades recíprocas, por via da torrente de contributos das várias disciplinas sociais, a história económica foi arredada da primazia das investigações. E se, depois do estudo das economias das plantações e, em particular, da comparação entre trabalho escravo e assalariado, as plantações continuaram a concitar a atenção, tal deveu-se à tentativa de compreender os comportamentos dos escravizados e os (eventuais) ecos na configuração actual das relações raciais. Hoje, a instância económica não ocupa o centro dos enfoques das pesquisas. Mesmo no tocante à modelação das relações sociais, tende-se a considerar as representações sociais mais importantes do que os índices económicos.

Em qualquer dos casos, e para lá da influência mais ou menos duradoura das sucessivas perspectivas teóricas, a valia de um tal acervo há-de resultar da inteligência dos

olhares que o interrogarem à luz das problemáticas que pautam cada época. Ensaie-mos situar algumas destas problemáticas nas sociedades implicadas numa experiência histórica colonial, de que nos chegam vários testemunhos, entre eles, este acervo. A propósito desta herança de um percurso histórico conjunto de São Tomé e Príncipe e de Portugal, é forçoso repetir a consabida lição de que a experiência das plantações tem algo de universal e não traduz o saber tributário de uma qualquer idiosincrasia nacional, ao invés do que, durante décadas, propandistas e roceiros pretenderam fazer crer. Em todo o caso, a experiência das roças denotou um traço da política colonial e, mais precisamente, a sua concretização no contexto singular de São Tomé e Príncipe: o do evidente desequilíbrio do poder colonial na avaliação dos interesses de roceiros e dos direitos dos serviçais, contratualmente previstos embora amiudadamente ignorados. Não me refiro à polémica do *cacau escravo* (para que o acervo também fornece alguns elementos), aludo às opções em favor de um empreendimento económico que, apesar dos resultados exponenciais numa dada conjuntura, não deixava de necessitar de um factor sistematicamente desvalorizado, a saber, a mão-de-obra africana importada. Esta ponderação foi assaz diversa nas colónias inglesas ou portuguesas e, entre estas, o mencionado desequilíbrio foi particularmente acentuado em São Tomé e Príncipe, não por acaso denominada uma colónia-plantação, rótulo que valia mais pelo projecto de poder implícito do que pelo valor denominativo de uma realidade inóspita a que se cingia, voluntariosa mas estrangida, a acção colonizadora. Como, efectivamente, assim foi a acção dos homens nos primórdios da recolonização, facto que, por via do ponto de chegada da opulência das roças se pode tender a esquecer, mas de que temos testemunhos na documentação de Francisco Mantero.

No arquipélago, o colonialismo equivaleu à criação de uma realidade nova, baseada na transplantação de práticas agrícolas e de adaptação da condução de homens mobilizados para trabalhar, resgatados, desterrados ou contratados, em todo o caso desenraizados. Isso fica claro nesta documentação que fornece indicações sobre o percurso de construção de um poder baseado numa obra económica que, longe de intemporal, tinha muito de conjuntural e, até, de circunstancial.

Os documentos que, por facilidade de exposição, denominei de correspondência pessoal podem fornecer elementos não só sobre a personagem, mas igualmente sobre a tradução política nas ilhas do edifício político-jurídico erguido para resolver as questões da administração de uma sociedade colonial. Ilustrando uma vida, essa correspondência pessoal (apesar de fragmentária) sugere interrogações e ilações para uma renovada e, analiticamente, mais refinada visão do colonialismo.

Primeira ilação, o percurso de Francisco Mantero, como o de outros pioneiros das aventuras coloniais – num certo sentido, é de aventura que se trata, porquanto viver ou morrer devido à malária equivalia a um sortilégio –, ilustra como a metanarrativa acerca do ‘colonialismo português’ ou do ‘projecto colonial português’ constitui, para além de uma retro projecção indevida, uma abordagem histórica, no mínimo, redutora e simplista. A produção de um livro como *A mão-de-obra em São Tomé e Príncipe*, em 1910, e toda a denodada propaganda em defesa das roças alardeiam uma posição de poder e uma assertividade que pouco ou nada tinham em comum com os primeiros anos de Francisco Mantero em São Tomé e Príncipe. Pelo caminho, tinha passado pelas incertezas no tocante ao recrutamento da mão-de-obra, e depois, relativamente à renovação dos contratos, que se tornaria uma ficção *para inglês ver*, e,

por fim, pela convicção da necessidade ajustamentos dos roceiros no tocante à usura da mão-de-obra.

Não nos cabe fazer juízos sobre personagens históricas, cumpre-nos explicá-las: enquanto representante dos interesses de seu tio, pautou-se pela duplicidade decorrente da lealdade familiar e da sujeição da ética à pulsão hegemónica expectável de qualquer empreendimento comercial num espaço concorrencial não perfeito, como, inegavelmente, o era o exíguo meio insular.

Conquanto a coragem também se deva à inelutabilidade das circunstâncias, Francisco Mantero mostrou-a no enfrentamento da adversidade aquando da *crise braçal* de 1875, época em que outros desistiram. No caso, coragem era também capacidade de adaptação. Serenados os ventos para os roceiros, ele viria a beneficiar, por um lado, da capacidade de permanecer à frente das roças em tempos de mudanças sociais que outros tiveram por apocalípticas e, por outro, da capacidade de ler a evolução política e de encontrar aliados para a projecção política dos interesses económicos ancorados no arquipélago.

Para isso, envolveu-se politicamente, ao mesmo tempo que negava fazê-lo: obteve favores do poder, enleou e ganhou ascendente sobre autoridades, fez nomear e mandou em governadores. Da mesma forma, captou e empenhou capitais alheios na empresa colonial, acto revelador de que, depois da persistência, sobreveio a clareza dada pela experiência do mundo de que outros roceiros não dispunham. Em 1917, ano em que se confirmou a existência do parasita rubrocinto, que dizimaria os cacauzeiros, Francisco Mantero dizia-se cansado e disposto a retirar-se da vida política e colonial. Esta coincidência não prova, mas deixa no ar a ideia de que as roças eram obra de uma vida, temporalmente coetânea da passagem da fronteira do cacau pela África ocidental, grosso modo correspondente ao virar do século.

Porventura, estes serão alguns dos aspectos mais interessantes a realçar da documentação, porquanto infirmam a ideia de uma causalidade linear, seja ela, a da propagação colonialista, seja a do ideário anti-colonial, visões que, subordinadas a fins políticos, não davam a conhecer, antes ocultavam parte da realidade.

Todavia, cumpre relembrar que uma interpretação apurada dos elementos constantes neste acervo demandará trabalho estrénuo no levantamento de outros universos documentais de relevância equiparável, entre eles, os da administração colonial e a imprensa. De outro modo, um acervo como este poderá sugerir uma troca, impensada ou descautelada, de propósitos interpretativos por uma descrição com laivos encomiásticos. Ora, a análise histórica, ou qualquer outra enformada pelo saber social, só será verdadeiramente profícua se desenhar hipóteses explicativas dos comportamentos em função de circunstâncias à primeira vista desconectadas entre si. Logo, o discurso científico terá de ir para além das auto-representações dos actores que, não surpreendentemente, construíram narrativas acerca das suas trajectórias e tiveram a oportunidade de as refazer, mormente para os seus coetâneos. Previsivelmente, estes avaliavam a honra, a moral e a obra em razão do poder económico, da influência política, em suma, da conveniência social.

Sem embargo de outras convicções e da sugestão de perenidade incutida pela preservação dos documentos, não haverá uma idiosincrasia familiar desdobrada numa relação com o arquipélago. O que em tempos se tomava por veio familiar devia-se, em muitos casos, à socialização em contextos institucionais muito fechados (por exem-

plo, os militares) e que tinham um papel crucial na reprodução das elites, fito que, manifestamente, as roças não cumpriam. E quando assim tivesse sucedido, nem por isso tal seria imune ao curso das mutações sociais e políticas. Aliás, nem o denodado Francisco Mantero do tempo da emancipação dos libertos é o mesmo que o rico proprietário da era republicana.

Dito de outro, não se decantou um etos dos roceiros. A partir de comparações eventualmente pertinentes, poder-se-ia falar de uma sabedoria transmitida de geração em geração, mas para que tal crivo seja mais do que algo de diáfano seria necessário que a ligação à terra não se tivesse desfeito. A relação comercial não cumpria esse requisito de ligação à terra. Diferentemente se teria de equacionar a questão se os proprietários das roças não se tivessem tornado absentistas, mormente depois dos horizontes abertos pelo enriquecimento.

Ainda assim, alguns princípios terão sido mantidos ao longo de gerações. Citemos o relativo à apropriação da terra, iniciada nas circunstâncias favoráveis – podemos-lo dizer hoje, conquanto o nome de *Esperança* dado à primeira roça adquirida por Francisco Mantero devesse ser intencionalmente pleno de significado quanto às incertezas face ao futuro – das derradeiras décadas de Oitocentos. A questão da terra era, e é, emblemática para os são-tomenses, como o indiciam algumas versões empoladas sobre extorsões e violências que, sem dúvida, aconteceram no arquipélago. A meu ver, o empolamento reside na importância económica atribuída a essa expropriação enquanto explicação da trajectória dos são-tomenses na sua terra progressivamente avassalada por um colonialismo enquistado por efeito quer da dinâmica centrípeta e totalizante das roças, quer da evolução política na metrópole. Tal empolamento não retira o sofrimento reflectido nas memórias dos nativos espoliados do pouco que era seu.

Por isso, registre-se o facto de na documentação aparecerem contratos de arrendamento de terras, assim acrescentadas aos domínios das roças de Francisco Mantero e, posteriormente, da SAC. Aparentemente, o acesso e o usufruto de terras por parte de Francisco Mantero ou da SAC obedeceram às regras do direito (facto que também recentemente me foi asseverado oralmente), com que os são-tomenses, diferentemente de outros africanos, estavam familiarizados. Constatada esta conduta, ao discurso histórico importará explicá-la em função, se for o caso, de uma idiosincrasia – uma explicação passível de contaminação pela subjectividade e pela afectividade –, mas também em razão do que não se descortina à primeira vista, ou seja, de factores subliminarmente políticos e de maior alcance, os quais conferiam racionalidade às intenções e às condutas dos actores. É interessante como as roças acabaram por se impor como modelo de exploração sem alternativa. Na verdade, no início do seu tirocínio enquanto gestor das de seu tio e enquanto proprietário, Francisco Mantero não as olhava como o único modelo de possível de valorização económica do arquipélago. Todavia, as roças vingaram. O arrendamento de pequenos tratos de terra adjacentes e, eventualmente, incrustados numa roça obedeceu a um princípio de majoração dos ganhos económicos da monocultura em tempo de aproveitamento de toda a terra até então virgem. Aliás, o ganho começava quase no próprio arrendamento porque o respectivo valor rapidamente ficava realizado pela venda dos géneros. Depois, a inflação diminuía os encargos do arrendamento. Numa perspectiva de longo prazo, tal conduta fazia sentido, como, afinal, para os são-tomenses, sem apetência pela agricultura

e sem capacidade de relação comercial com a metrópole, tinha sentido obter dinheiro em troca do seu bem, a terra.

Mas a análise não deve ficar pela descrição destes interesses. Ainda que calasse a equação política, a verdade é que Francisco Mantero encarava a sobrevivência das roças – como se disse, radicadas no território conquanto apartadas do tecido social local – como dependente da ausência da política nas ilhas, para que era absolutamente crucial evitar conflitos com os nativos. Mais significativo, a maneira como se encarava a relação com os nativos era substancialmente diferente da forma como se lidava com os serviçais importados, independentemente das variações ao longo de décadas.

Sobre o tratamento nas roças – questão crucial do colonialismo em São Tomé e Príncipe, como, afinal, das experiências de usura de trabalho escravo ou forçado nas várias situações históricas –, que se poderá dizer? A respeito deste item – cuja abordagem é, amiúde, prejudicada por desacertos teóricos, deficiências metodológicas e, sobretudo, interferências políticas e afectivas –, não só interessará a componente epistolar, como a vasta documentação alusiva à condução diária das roças. A documentação do século XX deixará entrever aspectos à primeira vista insuspeitos, como, por exemplo, os efeitos corrosivos da (alegadamente) complexa manutenção das roças no quotidiano dos serviçais. Todavia, por comparação com a documentação de Oitocentos, ela é menos ilustrativa do que parece à primeira vista, porque muito rotineira e cingida a performances económicas ou com suposta relevância económica, através das quais os absentistas controlavam a dedicação e a capacidade do administrador.

Assim, se analisada uma longa série, é possível que se detectem nuances por detrás da minúcia dos números. Mais interessante, é possível que esses índices ilustrem mudanças nas relações de poder, seja entre os proprietários absentistas e os governantes em Lisboa, seja entre os europeus e os serviçais nas roças e no mato, mudanças induzidas, evidentemente, pelas alterações na política colonial. No que à margem de determinação do quotidiano de serviçais, capatazes europeus e administradores diz respeito, a condução das roças dependia muito da personalidade de cada administrador e, em última instância, do espaço de arbítrio que as conjunturas políticas foram outorgando aos roceiros. Nem sempre tal aparecerá evidente na documentação, mas isso sucederá porque, provavelmente, a documentação tinha o também o sortilégio de ocultar a realidade vivida nas roças às autoridades e, não surpreendentemente, aos próprios absentistas.

Especulando ou, de outro modo, procurando significados não aparentes mas operantes, poderíamos dizer que, por detrás da necessidade de controlo – expressa na enumeração, por exemplo, das covas abertas, das faltas ao trabalho, dos dias de capina, dos ratos mortos – se insinuava uma vinculação absolutamente imperiosa e aparentemente sem alternativa a um modo de condução dos trabalhos que condicionava todos, desde os proprietários aos serviçais, passando pelo administrador, feitores e capatazes. Tal sujeição à roça, assim antropomorfizada, e aos seus ditames era como que uma condição da ausência de sentimentos de culpa nos dirigentes das roças e nas autoridades, particularmente no século XX quando se impôs a ideia da necessidade, entre outras, por razões económicas, do *modus faciendi* das roças.

Em resultado, não da documentação em si mesma, mas de uma atitude de rendição a esta documentação – impressionante pela sua dimensão como, sobretudo, pela

meticulosidade com que foi produzida –, uma grave falha teórica e metodológica consistiria em tomá-la como um todo auto-referenciável, que não careceria de “diálogo” com outras fontes documentais e que, de alguma forma, se imporia ao saber histórico e social. Curiosamente, uma tal atitude como que replicaria o funcionamento auto-centrado e totalizante que as roças pretenderam ter no exíguo meio são-tomense onde se implantaram e floresceram durante décadas.

Por fim, para São Tomé e Príncipe tal acervo tem valor? Para responder a esta pergunta importaria carrear elementos relativos à deriva política e à reconfiguração social e cultural no arquipélago. Abstraindo-nos destas questões decisivas, no estrito plano historiográfico, o acervo de Francisco Mantero terá valor na exacta medida em que em São Tomé e Príncipe se optar pela valorização da totalidade da sua história. Em todo o caso, é provável que, para o século XX, o Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe tenha documentação similar e em maior quantidade. Assim sendo, a documentação das roças tuteladas pela SAC seria mais um corpo a cotejar, mas que, arriscaria dizer, não deverá revelar particularidades na condução das roças.

No plano económico, podemos falar de um modelo? Algum saber relativo às técnicas de cultivo de cacau poderá ser colectado da documentação em apreço. Porém, também esse saber empírico, vazado directamente em directivas e narrações ou indirectamente em procedimentos discerníveis nos mapas de tarefas, carece de ser compulsado e, sobretudo, de avaliação que tenha em conta a história das terras e da cultura do cacau.

No plano económico, sem embargo das alegadas vantagens do cultivo de cacau em grandes propriedades (de que, nos anos 30, a administração colonial inglesa duvidava a partir da equação dos custos dos subsídios e do trabalho nos empreendimentos europeus e nas propriedades dos africanos), mormente no tocante à prevenção das doenças, actualmente não se quer imaginar que o cacau e tal modelo de cultivo possam ter valia económica para o São Tomé e Príncipe do futuro.

Migrando do plano económico para outros domínios da vida colectiva, o diálogo com a sociedade são-tomense impele à ideia de que o arquipélago carece de lideranças, aliás, uma ideia repetida por são-tomenses. O percurso empresarial, pessoal e familiar, espelhado nesta documentação constituem um modelo de liderança? Pode valer a pena investigar a questão, mas da eventual proeminência de Francisco Mantero e de outros roceiros vai-se esbatendo a memória pelo curso do tempo e, facto mais decisivo, pelo corte da ligação à terra por força das alterações subsequentes à independência. Adicionalmente, também pelo lugar cada vez menos relevante que a agricultura ocupa na reconfiguração da sociedade são-tomense.

Para Portugal? Para além da que deriva da produção de conhecimento, sempre escasso, e da capacidade de diálogo com instituições académicas são-tomenses, a importância de um acervo destes dependerá muito das opções económicas em São Tomé e Príncipe e do eventual envolvimento de empresas privadas portuguesas na promoção da agricultura no arquipélago. Neste particular, há quem tenha provado melhor do que empresários portugueses, malgrado o costumeiro alarde de afinidades e de sabedoria que, mal cuidada, se vem a revelar desajustada das actuais demandas do desenvolvimento, neste como noutros países por inércias várias chamados de lusófonos.

Por fim, tal como sucedeu em épocas anteriores, a escolha da matriz económica não brotará só da estrita racionalidade económica e, já há anos, num colóquio no Instituto

Superior de Agronomia se anteviu a colisão entre o horizonte de petróleo e as demais actividades económicas. Até agora, essa lógica excludente não se manifestou porque o petróleo não jorrou. Ao invés, com alguma sapiência, as expectativas da população relativamente ao *cheiro do petróleo* têm sido rebaixadas pelos governantes que falam da necessidade de diversificação económica e social. No que à agricultura diz respeito, o modelo que se vai adoptando não é mais o da extroversão baseada numa monocultura, hoje desvalorizada enquanto plataforma de promoção de desenvolvimento, por, em termos específicos, não parecer compatível com as demandas da sociedade insular e por, em termos gerais, se afigurar desajustada das feições do desenvolvimento económico, científico e tecnológico nos dias de hoje. Também no São Tomé e Príncipe independente, lembre-se, há não muito tempo uma *colónia-plantação*.

Bibliografia sumária

- CLARENCE-SMITH, Gervase, 1991 – “O papel dos custos do trabalho no florescimento e declínio das plantações de cacau em S. Tomé e Príncipe” in *Revista Internacional de Estudos Africanos* n.º 14-15, Lisboa, CEAA-IICT.
- CLARENCE-SMITH, W. Gervase e RUF, François, 1996 – “Cocoa Pioneer Fronts: The Historical Determinants” in CLARENCE-SMITH, William Gervase (ed.), *Cocoa Pioneer Fronts since 1880. The Role of Smallholders, Planters and Merchants*, London, MacMillan Press Ltd.
- EYZAGUIRRE, Pablo, 1986 – *Small Farmers and Estates in Sao Tome, West Africa*, Ph. D. dissertation, Yale University.
- GENOVESE, Eugene D., 1979 – *O mundo dos senhores de escravos. Dois ensaios de interpretação*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MANTERO, Francisco, 1910 – *A mão d’obra em S. Thomé e Príncipe*, Lisboa, Ed. do autor.
- NASCIMENTO, Augusto, 2002 – *Poderes e quotidiano nas roças de S. Tomé e Príncipe de finais de Oitocentos a meados de Novecentos*, S. Tomé, SPI, pp. 627.
- _____ 2010 – “O *ethos* dos roceiros: pragmático ou esclavagista e, ainda e sempre, avesso à liberdade?” in *Africana Studia* n.º 14, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, pp. 141-161.
- SANTO, Armindo Ceita Espírito, 2008 – *Economia de S. Tomé e Príncipe entre o regime do partido único e o multipartidarismo*, Lisboa, Edições Colibri.
- _____ 2009 – *S. Tomé e Príncipe. Problemas e perspectivas para o seu desenvolvimento*, Lisboa, Edições Colibri.
- SANTOS, Maciel – “A rendibilidade do trabalho escravo e o efeito tempo – uma hipótese de explicação” in *Africana Studia* n.º 14, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, pp. 121-139.
- TENREIRO, Francisco, 1961 – *A ilha de S. Tomé*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.

Reclamar o futuro... Notas sobre a 13.ª Assembleia do CODESRIA

Augusto Nascimento*

p. 285-298

Há três anos, Obama acabara de ganhar as eleições nos EUA. Em Yaoundé, na 12.ª Assembleia-geral do CODESRIA, aventou-se que o capitalismo cometera suicídio. Já na 13.ª Assembleia, em Rabat, entre 5 e 9 de Dezembro de 2011¹, a certeza não pareceu a mesma, conquanto, a crer na metanarrativa de Samir Amin, não restem hipóteses ao “capitalismo histórico”. Homenageado por pares e discípulos, Samir Amin falou do desafio sem precedentes com que se defronta a geração actual. Em todo o caso, a transformação de monta não será para já, a agonia do capitalismo durará para além das nossas vidas.

Samir Amin traçou uma periodização do capitalismo: a gestação do capitalismo triunfante no século XIX demorou séculos; o século XX já foi de declínio, de que os sintomas foram as revoluções de libertação nacional; o século XXI será o do “outono do capitalismo” imperialista, caracterizado pela generalização do monopólio sobre a economia globalizada. Já não resta actividade económica que escape à hegemonia do monopólio financeiro que controla tudo quanto se produz e vende, mas, em crise sistémica, o capitalismo transformou-se num sistema obsoleto e contestado, por exemplo, pela indignação das ruas, quais revoltas da periferia contra o centro do sistema. A esta assertividade, Samir Amin juntou a comparação com a África de há meio século: os indivíduos com uma visão “realista” achavam impossível uma mudança radical da situação política, que, todavia, foi o que ocorreu. Em Bandung, as periferias concertaram-se e, com papel equiparável ao da Ásia, África teve a audácia de conquistar a independência. Ainda segundo Amin, o trilho socialista percorrido não deve ser subestimado, ainda que tenha sido algo de limitado, o que, adiantou, acontece amiúde.

Presentemente, observa-se uma segunda vaga de assalto contra o capitalismo, com origem na América do Sul. Daí a pergunta: o “outono do capitalismo”, porventura violento, coincidirá com a “primavera dos povos”? Tal será a convicção, fundada na certeza de que o sistema implodirá pelo seu próprio êxito. Crescem os protestos contra os efeitos da financialização mundializada e a insanidade absurda da desigualdade extrema na distribuição da riqueza nos centros e entre centros e periferias. “Com audácia, mais audácia e, ainda, audácia”, África deve ombrear com os outros

* Investigador auxiliar do IICT, Lisboa; colaborador do CEA do ISCTE-IUL, do CEAUP e do IHC da FCSH-UNL.

¹ À margem de possíveis considerações sobre as inércias institucionais e sobre as relações de poder que nela se cruzam com a produção de conhecimento, cumpre dizer que a Assembleia-geral do CODESRIA é uma montra do muito que em quantidade e em qualidade se faz no continente africano.